

**ANAIS DO II COLÓQUIO DO LAHES:
MICRO HISTÓRIA E OS CAMINHOS DA
HISTÓRIA SOCIAL**

Comissão Organizadora:

Prof^a Dr^a Carla Maria Carvalho de Almeida (UFJF)

Prof^o Dr Cássio Fernandes (UFJF)

Prof^a Dr^a Mônica Ribeiro de Oliveira (UFJF)

Prof^a Dr^a Sônia Maria de Souza (UFJF)

Promoção:

Laboratório de História Econômica e Social

Programa de Pós-graduação em História da UFJF

Apoio:

Pró-Reitoria de Pesquisa

Instituto de Ciências Humanas

FAPEMIG

CAPES

Editoração:

Bianca Portes de Castro

Ficha Catalográfica:

II Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social (2008: Juiz de Fora, MG). Micro História e os caminhos da História Social: Anais / II Colóquio do LAHES; Carla Maria Carvalho de Almeida, Mônica Ribeiro de Oliveira, Sônia Maria de Souza, Cássio Fernandes, organizadores. Juiz de Fora: Clio Edições, 2008, <http://www.lahes.ufjf.br>.

ISBN: 978-85-88532-29-8

1. História 2. História Econômica e Social. I. Carla Maria Carvalho de Almeida. II. Mônica Ribeiro de Oliveira. III. Sônia Maria de Souza. IV. Cássio Fernandes.

AS RELAÇÕES DE CRÉDITO COMO MOTOR DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES COMERCIAIS EM JUIZ DE FORA 1889-1930

Carlos Eduardo Klôh Júnior*

Introdução

Como se sabe, a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX no Brasil foram marcadas pela constante ausência de liquidez na economia ou, em outras palavras, pela escassez de dinheiro à vista. O problema, que já era crônico desde o período de expansão da cultura cafeeira, agravou-se ainda mais a partir do período republicano.

Na realidade, a crise era fruto da ineficiência do sistema bancário nacional. Ao analisar o sistema monetário brasileiro do Segundo Reinado, G. Franco afirma que o fenômeno pode ser descrito como a “inelasticidade do meio circulante”. Segundo o Jornal do Comércio de 1886, “elasticidade do meio circulante” é “a sua propriedade de contrair-se ou expandir-se, acompanhando os movimentos dos mercados, com a mesma facilidade com que a sombra acompanha os movimentos do corpo”¹. Desta forma, como as necessidades do negócio cafeeiro eram variáveis ao longo do ano, e como os bancos freqüentemente não conseguiam atender plenamente à estas necessidades, dizia-se que o meio circulante era “inelástico”.² Segundo o próprio Franco:

*Na verdade, tratava-se de um mesmo problema, visto por duas óticas diversas. As queixas do comércio contra a “inelasticidade do meio circulante” e a dos agricultores contra as dificuldades de acesso ao crédito tinham ambas a mesma raiz qual seja, o baixo grau de desenvolvimento do sistema bancário.*³

A escassez de moeda corrente apresentava-se como um grave impecilho à uma economia agro-exportadora em expansão. Desde a década de 1860 o preço do café havia disparado no mercado internacional e a expansão das áreas produtivas em direção ao interior era cada vez mais rápida. Todavia, a continuidade da expansão da cultura cafeeira exigia uma quantidade cada vez maior de capitais, que estava fora do alcance dos fazendeiros, cuja

* Mestrando da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: carloskloh@ig.com.br

¹ RCJC, 1886, p. 10. apud. FRANCO, G.B.. **Reforma Monetária e Instabilidade durante a Transição Republicana**. BNDES, São Paulo, 1983. p. 29

² Franco. Idem.. p. p. 29

³ FRANCO. Idem. p. 79

riqueza estava imobilizada dentro da fazenda, empatada em terras, pés de café e escravos. Em outras palavras, os plantadores não dispunham da liquidez necessária para custear sua própria reprodução e expansão.⁴

É a partir da crise de dinheiro vivo e da insuficiência do setor bancário nacional do período que se compreende o desenvolvimento da atividade comissária, agora não somente como um mero intermediário da comercialização, mas como o agente que concedia o crédito necessário para a reprodução e expansão das unidades produtivas⁵. O fazendeiro recorria ao crédito do comissário tanto para o movimento de reprodução simples quanto para o movimento de reprodução ampliada de seus negócios. Os primeiros, representados pelos empréstimos de curto prazo, se destinavam ao custeio e manutenção da fazenda durante o período de entressafra. Esta operação nem sempre envolvia a circulação monetária, uma vez que o comissário enviava às unidades os produtos indispensáveis à sua reprodução e recebia, durante a época da colheita, remessas de café enviadas pelo fazendeiro. Neste tipo de crédito, os agentes cobravam uma taxa de 2 a 4% acima da taxa de desconto bancário da moeda.⁶

Já o crédito para o movimento de reprodução ampliada, representado pelos empréstimos de longo prazo, envolvia valores bem mais elevados e destinava-se à ampliação da fazenda, dos cafezais ou mesmo dos próprios escravos. Ao que tudo indica, os comissários eram relutantes em conceder empréstimos de longo prazo e geralmente cobravam uma taxa de juros muito mais alta. Isso porque o retorno era bem lento, haja vista que o café tem um período de maturação que vai de quatro a cinco anos. Via de regra, a moeda de troca exigida pelos agentes para concederem este tipo de crédito era a hipoteca da fazenda. Todavia, os fazendeiros não tinham muitas opções de escapar das altas taxas de juros e das hipotecas, já que os bancos geralmente se recusavam a conceder empréstimos diretamente aos plantadores.⁷

A problemática referente ao comissariado é bem mais ampla e mereceria uma discussão mais aprofundada. Contudo, este não constitui o objetivo deste trabalho. Fizemos referência a esta atividade somente para demonstrar que suas funções de fornecimento de crédito foram fundamentadas essencialmente na escassez de dinheiro em circulação conjugada à inexistência de uma sólida estrutura financeira no Brasil, até pelo menos a década de 1890.

⁴ PIRES. **Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora. (1889-1930).** Op. cit. p. 55

⁵ Martins. Op.cit. p. 185-188

⁶ FRANCO, G.B.. **Reforma Monetária e Instabilidade durante a Transição Republicana.** BNDES, São Paulo. 1983. p. 24

⁷ FRANCO. Idem. p. 77-78. Ver também RIDDINGS. Op. cit. p. 147

Se a crise de liquidez havia sido um problema durante o período de expansão da cultura cafeeira, na segunda metade do século XIX, a situação agravou-se ainda mais a partir da década de 1880. Em 1885, quando a mão-de-obra imigrante trouxe uma demanda por moeda jamais vista no país, o governo retirou dinheiro de circulação com a intenção de fortalecer a taxa de câmbio. Se no Sudeste a situação já era caótica, no Nordeste e Norte, a crise de liquidez foi ainda pior. Em 1887, a Associação Comercial da Bahia solicitou dois carregamentos de notas de emergência do Rio para poder atravessar a crise. Contudo, o golpe final ainda estava por vir. Em maio de 1888 o governo Imperial decretou a Lei Áurea que, sem a compensação esperada, retirou dos fazendeiros o direito à propriedade dos escravos e, assim, sua principal garantia para empréstimos.⁸ Sem sombra de dúvida, este acontecimento seria acompanhado de um “notável impacto monetário, pois o pagamento de salários multiplicaria em muitas vezes, por exemplo, as necessidades de capital de giro na atividade agrícola, com isso elevando bastante o grau de monetização e a demanda por moeda na economia”⁹

Como as despesas com mão-de-obra eram orientadas pela sazonalidade da produção (de café, de açúcar, etc.) havia períodos de intensa demanda por moeda na economia, o que geralmente ocasionava uma pressão por adiantamentos junto aos principais bancos, à época localizados na Corte. Como sugere Calógeras:

*(...) As colheitas exigiam remessas periódicas de dinheiro, as quais empobreciam as praças de onde o papel moeda era exportado. (...) O Rio, principalmente, capital econômica e também política, assistia à época das colheitas do norte, a drenagem de seu numerário para as praças dessas regiões e sofria as conseqüências disso: elevação das taxas de desconto, tabelas de juros muito altas, dificuldades de realizar negócios pela falta de numerário, penúria de moeda.*¹⁰

A República brasileira iniciou-se com uma crise de liquidez sem precedentes. O ministro da Fazenda do Marechal Deodoro, Rui Barbosa e seus sucessores implementaram medidas visando expandir o suprimento de dinheiro. Com essa política, a moeda em circulação cresceu 220% entre 1889 e 1893, desencadeando um período de inflação e especulação financeira. O governo tomou medidas para estabilizar a inflação e o custo de vida, mas estas ações resultaram numa contração econômica e em uma renovada falta de

⁸ Reidings. Idem. P. 151

⁹ FRANCO, G. H. B. A primeira década republicana. In: ABREU, M. P. A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana. 1889-1989. Rio de Janeiro. Elsevier. 1990. 17

¹⁰ CALÓGERAS, J.P. A política monetária no Brasil. São Paulo. Cia. Biblioteca Nacional. 1910. Apud. ABREU. Op. Cit. p. 16

liquidez. O país iniciava o século XX ainda com o crônico problema da escassez de dinheiro vivo, que persistiria até pelo menos o final da década de 30.

O objetivo deste trabalho é justamente demonstrar de que forma a escassez de liquidez atingiu a economia urbana de Juiz de Fora – e, particularmente, seu setor comercial – no final do século XIX e início do XX. E, a partir daí, explicitar algumas alternativas que buscaram solucionar ou pelo menos amenizar aquela situação de crise.

Comércio em Juiz de Fora: a ausência de numerário e a existência de um circuito de crédito

Na Zona da Mata e, particularmente em Juiz de Fora, com o gradual desaparecimento da atividade comissária, a partir da última década do século XIX, percebe-se uma substituição das funções de fornecimento de crédito até então desempenhadas por aqueles agentes. Os altos níveis de liquidez exigidos para o pagamento dos salários dos trabalhadores estavam além dos limites das casas comissárias. E este período coincide justamente com o momento em que uma série de medidas governamentais incentivava a proliferação de um sistema financeiro institucionalizado. A partir da década de 1890, a função de prover financiamento para uma economia que padecia com os escassos níveis de monetização passou a estar sob a responsabilidade dos bancos.¹¹ Sobre este aspecto, torna-se importante destacar que o principal banco instalado na cidade, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, fora formado, em 1889, com capitais gerados, de uma maneira ou de outra, pela expansão da atividade cafeeira, com uma nítida supremacia dos agentes diretamente ligados ao capital agrário.¹² Em uma obra comemorativa aos cem anos do banco, pode-se ler a seguinte afirmação:

*Os recursos vertidos no Banco tiveram como origem a atividade rural. Uma rápida verificação da lista dos acionistas subscritores leva-nos a constatar que 60% do dinheiro provinham de fazendeiros. Os barões de Monte Mário e Santa Helena e Prudente Augusto de Rezende formavam, só eles, quase 40% de todo o capital subscrito pelos 12 acionistas fundadores. O Banco nascia para socorrer a região, rica em produção agrícola e pastoril, e era natural, portanto, que aquelas atividades oferecessem os meios (...).*¹³

¹¹ MARTINS. Op. Cit. P. 180-187

¹² PIRES. **Café, Finanças e Bancos: Uma Análise do Sistema Financeiro da zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930.** op. cit. p. 184

¹³ SÁ, A.L. **Origens de um Banco Centenário.** Edição Comemorativa do Banco de Crédito Real. Juiz de Fora, 1992. p. 22, apud. PIRES. **Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais 1889-1930.** Op. cit. p. 199

Os diversos estudos acerca do Crédito Real demonstram que o banco manteve uma nítida predominância no fornecimento dos créditos à cafeicultura local. Na realidade, percebe-se que este predomínio era fruto de sua proximidade com o governo imperial que desde o final da década de 1870 passou a incentivar os auxílios à lavoura¹⁴ e, principalmente do governo estadual que, ao incentivar a cafeicultura, mantinha a sua principal fonte de divisas, além de procurar reduzir a evasão de receitas via canalização de recursos em forma de depósitos para o Rio de Janeiro. Desde 1894, uma série de contratos foram firmados entre as duas instituições até que, no final da década de 1910¹⁵, o governo do estado encampou o banco, tornando-o uma instituição oficial do estado de Minas Gerais.

Contudo, o fato que interessa de mais imediato a este trabalho foi o que aconteceu no ano de 1891. Neste ano, o banco, que inicialmente havia sido gerado para atender as necessidades de crédito da lavoura cafeeira, recebe autorização para realizar operações comerciais, como descontos de letras, depósitos, contas correntes, cauções, etc. Esta informação, a princípio simplória, vem demonstrar que não era somente o setor agrícola que necessitava de crédito. Inserido no meio urbano, o Crédito Real irá satisfazer também as necessidades do comércio e da indústria nascente. Porém, antes de explorarmos as atividades comerciais do banco, é necessário uma breve exposição dos impactos da escassez de numerário na economia urbana de Juiz de Fora. Retornaremos ao papel dos bancos em um momento posterior.

No que se refere ao comércio local, a documentação por nós pesquisada também revela a escassez de moeda corrente e a necessidade de se conceder crédito no varejo e no atacado. Várias falências de empresas comerciais tiveram como causa principal o não pagamento, por parte dos devedores, das dívidas contraídas a curto prazo. A título de ilustração, coletamos alguns casos destes tipos de falência que, no limite, constituem a maior parcela dos processos a que tivemos acesso.

Um exemplo bastante emblemático de insolvência causada pela escassez de moeda em circulação nos é oferecido pelo processo da firma de Antônio Cândido de Souza,¹⁶

¹⁴ FRANCO. Op. cit. p.78-80 O projeto de auxílios à lavoura foi transformado em lei pelo decreto 2.687, de 6 de novembro de 1875. "O fato de que as operações de crédito à lavoura atingiram grande vulto com os auxílios, após alguns anos de estancamento sugere a importância do crédito na fase mais crítica do processo de transição para o trabalho livre (...) e, nesse sentido, os auxílios não se constituíram em uma simples indenização aos proprietários de ex-escravos, mas um instrumento que permitiu à lavoura que tivesse "condições de vida" atravessar a crise"

¹⁵ PIRES. **Café, Finanças e Bancos: Uma Análise do Sistema Financeiro da zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930.** op. cit. p. 213. "*Em 1912, como parece natural, o estado adquire o controle acionário do Banco e, em 1919, o Crédito Real se torna uma instituição oficial*"

¹⁶ Falência 1899. Casa comercial de Antônio Cândido de Souza

estabelecido na zona rural da cidade. Datado de 1899, o processo revela, em sua sessão contábil, que as dívidas passivas da empresa, representadas principalmente por débitos de fornecimento, ultrapassava os trinta e um contos, enquanto as dívidas ativas atingiam somente vinte e nove contos. A maior parte deste ativo era constituído por devedores e, como se trata de um pequeno varejista, podemos supor que a maioria destes devedores eram clientes simples, pessoas comuns, que adquiriam as mercadorias pelo sistema da “caderneta”. O processo tinha como principal credor e requerente a firma fluminense Antônio Souza e Cia. Em seu relatório, os síndicos apontaram que:

*Conjecturamos que a causa determinante da falência é a crise atual que ocasiona dificuldades à todos e impossibilita o cumprimento das obrigações contraídas.*¹⁷

Um outro exemplo ilustrativo é o da firma do italiano Bortolo Pigozzo¹⁸, igualmente situado na zona rural de Juiz de Fora. Apesar de ser considerado um pequeno comerciante - haja vista que seu ativo não ultrapassava os vinte contos, o caso de sua falência é bem representativo da situação do comércio varejista na cidade.

No relatório dos síndicos deste processo falimentar, datado de 1922, é apontada, como causa da falência, “a escassez de dinheiro que assolava o país”. O falido não recebia os débitos de sua “caderneta” e, como consequência, não liquidava seus débitos com seus fornecedores e outros, que chegavam a cerca de vinte e um contos. A solicitação da falência, requerida pelo próprio Pigozzo, possui informações valiosíssimas a respeito da forma de pagamento de seus fregueses e da situação dos trabalhadores rurais naquele período e que merece ser citada.

*Bortolo Pigozzo (...) Vem requerer a decretação de sua falência, que tem por causa, entre outras, a seguinte: o trancamento de seu crédito junto a seus fornecedores, bancos e particulares; os seus fregueses, quase todos trabalhadores rurais, tornaram-se impontuais nos pagamentos de fornecimento de mercadorias de seu negócio, alegando uns a paralisação dos trabalhos na lavoura, outros a crise que assoberba as classes trabalhadoras e, finalmente, porque, faltando-lhes ali o trabalho, a maioria deles se encaminharam para esta cidade(...) Montam em mais de 16 contos os fornecimentos à diversos, sendo que somente oito poderão ser apurados, isso mesmo por ocasião das colheitas da pequena lavoura.*¹⁹

Em um outro momento, os mesmos síndicos afirmam que:

*A falência teve por causa o crédito de que gozava o falido na praça local e nas circuvizinhaças, e dele se aproveitando, se estabeleceu sem capital, alargando suas relações de negócio sem qualquer base sólida, até que, retraído o crédito por efeito da escassez de pagamentos a seus credores, veio o estado de falência.*²⁰

¹⁷ Falência 1899, p. 27

¹⁸ Falência 1922. Casa comercial de Bortolo Pigozzo

¹⁹ Falência 1922 p. 1-2

²⁰ Falência 1922 p. 42

Como nos referimos anteriormente, a crise de escassez de numerário se fez sentir em todo o período abordado por esta análise. Contudo, em virtude de mudanças na política macroeconômica do governo federal, é possível detectarmos momentos de agudização desta crise. Na realidade, sem lugar a dúvida, estas mudanças na direção das políticas monetária, cambial ou fiscal eram conseqüências do alto grau de vulnerabilidade de uma economia que há muito crescia voltada “para fora”. Dito de outra forma, o modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil, que tinha no mercado externo seu *locus* privilegiado, impunha importantes restrições aos gestores da política macroeconômica que, em momentos de desequilíbrio internacional, viam-se obrigados a adotar medidas restritivas visando o equilíbrio da balança de pagamentos, o que quase sempre acarretava em valorizações ou desvalorizações cambiais, crises inflacionárias e/ou em um aumento da escassez de numerário.²¹

Estes momentos de conformação da política econômica nacional aos desequilíbrios do mercado externo parecem ter tido um impacto imediato nas economias regionais. Os anos de 1925 e 1926 constituem um bom exemplo destes casos. Em âmbito nacional, este período foi marcadamente um momento de recessão. A incapacidade de o sistema bancário de financiar a nova política de defesa dos preços do café, lançada pelo governo em 1922, somada à um aumento de cerca de 50% na safra de café de 1923, teve repercussões desastrosas nos anos que se seguiram.. Hiper-depreciação do mil-réis, crise inflacionária que corroía os salários reais e a ausência de liquidez até mesmo para o sistema financeiro, que exauriu seus recursos disponibilizando crédito aos fazendeiros para a nova política de valorização dos preços do café, eram os efeitos mais funestos daquela crise. Tentando contornar a recessão, o governo de Artur Bernardes adotou uma severa política ortodoxa de ajuste interno e externo, o choque monetário, que tinha pretensões contracionistas, deflacionistas e de austeridade fiscal. Como afirmou Fritsch, “dada a grande dependência do setor privado em relação aos bancos comerciais na ausência de um mercado financeiro desenvolvido, o choque monetário,

²¹ FRITSCH, Winston. **Apogeu e crise na Primeira República 1900-1930**. In: ABREU. Op. cit. p. 35-50. *O grande e recorrente problema de política econômica durante a primeira república consistiu em isolar a economia de profundos desequilíbrios macroeconômicos provocados por alterações bruscas na posição externa a que o Brasil estava sujeito por razões estruturais. A característica básica da economia primário-exportadora brasileira no início do século era sua extrema vulnerabilidade a dois tipos de choques exógenos. O primeiro deles tinha origem nas periódicas flutuações abruptas da oferta de café, resultante do efeito de variações climáticas sobre a produtividade dos cafezais (...) O segundo tipo de choque resultava de perturbações na economia internacional, notadamente as flutuações experimentadas pela demanda nos países centrais e as bruscas descontinuidades do fluxo de capital entre o centro e a periferia, que foram especialmente frequentes durante as três primeiras décadas do século.*

implementado em meio ao ciclo de expansão iniciado em 1922 teve impacto extremamente negativo sobre o desempenho da economia.”²²

O setor urbano da cidade de Juiz de Fora, como se pode imaginar, sofreu os ingratos efeitos daquela crise. Se voltarmos a atenção para o setor em análise neste trabalho – a estrutura comercial – é nítida, nos anos de 1925 e 1926 a concentração de falências de estabelecimentos comerciais. Em períodos aflitivos como os daqueles anos, as falências eram essencialmente provocadas pelo não pagamento de dívidas adquiridas a curto prazo, e isso se explica na medida em que recordamos a situação dos bancos no período, já destacada, que cancelaram a concessão de crédito em virtude do esgotamento de suas reservas. Importantes empresas como a de Oscar Ribeiro, a Carvalho Jr. e Cia. e mesmo a Cia. Dias Cardoso, uma das maiores firmas comerciais da cidade, não resistiram àquela crise e viram seus empreendimentos malograrem.

Através do processo da Carvalho Jr. E Cia., um importante estabelecimento atacadista de cereais do centro da cidade, podemos ter uma breve noção do que foi a crise daqueles anos. No desenrolar de seu processo falimentar, requerido pela própria empresa, os proprietários afirmaram que a causa da falência havia sido o "não pagamento dos pequenos e médios consumidores que compravam a crédito". Talvez este motivo explique a contabilidade desfavorável da empresa. As dívidas passivas contabilizavam mais que o dobro das dívidas ativas, atingindo 52 e 25 contos, respectivamente. Entretanto, um outro motivo, revelado no relatório dos síndicos, é que revela a dimensão atingida pela crise. Em um trecho deste relatório, os síndicos escreveram que:

(...) em consequência do malogro desses esforços e devido ainda ao retraimento, ou melhor, ao cancelamento das transações de crédito por parte dos bancos locais que, inesperadamente trancaram as operações de desconto nesta praça, não só com a firma dos requerentes, como com as principais aqui estabelecidas, quando a princípio facilitavam aqueles estabelecimentos de crédito as operações de descontos, suspendendo-as pelo modo citado, colocou-se a mesma firma em aflitiva situação.”²³

Numa economia como essa, em que a liquidez era imprescindível para saldar os débitos de fornecimento, seja dos varejistas para com os atacadistas, seja dos atacadistas para com os estabelecimentos industriais, ou mesmo das pessoas comuns para com os varejistas, fazia-se necessária uma complexa rede de crédito, tanto comercial quanto bancária. O crédito

²² Fritsch. Op. CIT. P. 53-55. Seus efeitos {do choque monetário} sobre os níveis de atividade corrente foram severos. A produção industrial que se recuperava fortemente desde 1922 estagnou em 1925 e 1926. O investimento industrial, medido pelo índice de quantun de importações de bens de capital para a indústria, que voltara a crescer aceleradamente desde 1923, caiu nada menos do que 24% em 1926

²³ Falência 1926

comercial, aqui entendido como o adiantamento de mercadorias com a promessa de pagamento a curto ou a médio prazo, é uma ocorrência comum em economias que mantêm escassos níveis de monetização, onde as vendas a prazo apresentam-se como a única alternativa à reprodução e expansão de estabelecimentos comerciais e industriais. Este tipo de crédito aparece em larga escala na documentação e parece ter se constituído como um mecanismo essencial para o desenvolvimento comercial de Juiz de Fora.

O crédito comercial possui, como parte integrante de seu funcionamento, a característica de formar cadeias de crédito e débito que vão desde a produção até a comercialização final do produto: os estabelecimentos industriais compravam a crédito as matérias primas e insumos que necessitavam para produzir e vendiam também a crédito para os atacadistas que, por conseguinte, faziam o mesmo para com os varejistas; o processo só chegava ao fim quando os consumidores finais adquiriam as mercadorias pelo sistema da caderneta ou, como há muito já é conhecido, através do sistema denominado “fiado”. Em síntese, este circuito parece ter funcionado bem na estrutura comercial local, todavia, poderia tornar-se extremamente instável em decorrência de modificações bruscas na política econômica do governo central, que, como já destacamos anteriormente, era obrigado a tomar medidas que ora amenizava ora agudizava a escassez da moeda na economia. O impacto local desta instabilidade era geralmente representado pela quebra de um dos elos da cadeia, o que poderia comprometer toda a sua ramificação. Isto se explica na medida em que o item “devedores” geralmente constituía-se como o principal ativo das empresas (Tabela 01). Os proprietários esperavam receber de seus clientes para saldarem seus débitos com seus credores. Assim, quando uma grave crise causava insolvência de algum devedor, não era incomum o efeito das “falências em cascata.”²⁴

Tabela 01
Relação do ativo/devedores de algumas empresas comerciais de Juiz de Fora.
1889-1930

Ano	Empresa	Total do ativo	Devedores
1899	Antônio Cândido de Souza	29:477\$215	25:787\$610
1906	Cyro Casali	3:840\$804	1:490\$320
1907	Manoel Correia de Souza	514:665\$436	356:663\$387
1913	Joaquim Gonçalves Faria	271:479\$596	159:921\$952
1919	Renato Dias e Cia	1229:823\$010	624:615\$649
1922	Antônio Rodrigues do Cruzeiro	13:415\$509,	3:206\$300

²⁴ PIRES. *Café, Finanças e Bancos: Uma Análise do Sistema Financeiro da zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930*. op. cit. p.244

1924	Herbert Neubauer	15:000\$000	9:524\$520
1926	Cia. Dias Cardoso	10250:731\$440	4155:000\$000
1924	Oscar Ribeiro	80 contos	29:984\$000
1926	Manoel Vidal Leite Ribeiro	578:661\$240	195:095\$570
1926	João Marques de Almeida	366:145\$785	269:930\$640
1934	Fraga e Cia.	1106:800\$092	1013:776\$032
1933	Bortolo Pigozzo	19:364\$150	16:900\$50

Fonte: falências, vários anos, Arquivo da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Talvez, o caso que melhor ilustre o que acabamos de expor seja a falência da Cia. Dias Cardoso. Juntamente com a Renato Dias e Cia., a empresa constituiu-se como uma das maiores atacadistas da cidade. Sua razão social está presente na listagem de credores de praticamente todos os processos de falência por nós analisados, o que demonstra parte da cadeia de débitos citada anteriormente. Sua insolvência foi uma decorrência da falência de vários de seus devedores, revelando assim, mais uma vez, os funestos efeitos da crise que assolou as anos de 1925 e 1926. Abaixo segue um trecho do relatório dos síndicos do processo, emblemático do que estamos querendo afirmar:

"...Os síndicos da falência da Companhia Dias Cardoso vêm, em cumprimento de sua missão elevada e espinhosa, apresentar seu relatório (...) em uma causa que, pelo seu vulto e extensão, não comuns em nosso meio, empolgou os círculos mercantis do Estado, repercutindo muito além de nossas fronteiras. (...) (...) a oscilação cambial e a alta inesperada e rápida a seguir, trouxeram ainda mais a depressão dos produtos e sua desvalorização refletindo-se na própria alma da instituição, onde os moldes importadores sempre se verificaram. (...) Mas liquidações, falências e concordatas e todo o triste cortejo de acontecimentos, naturais nestes períodos aflitivos, foram outros tantos fatores a cooperar para a quebra. Estes fenômenos se constatarem em todos os grandes centros, vendo-se a queda fragorosa de organizações soberbas e de casas seculares. (...)".

Desta forma, a economia urbana de Juiz de fora, pelo menos no que tange ao seu setor comercial, era marcada pelo constante estado de endividamento, assim entendido como a situação de débito contínuo para com seus fornecedores. Entretanto, ao contrário do que se poderia imaginar, este estado não possui uma relação direta com os processos de insolvência das empresas comerciais. O endividamento a curto prazo apresentou-se, talvez, como a única forma de estas empresas sobreviverem e, mesmo, se expandirem, numa economia que mantinha baixíssimos níveis de liquidez. Em outras palavras, o endividamento contínuo das firmas comerciais apresentou-se como uma condição essencial para que estas se mantivessem ativas, além de criar as possibilidades de investimentos no próprio empreendimento. Se, no período desta análise, encontramos inúmeras falências de casas comerciais, a quantidade seria ainda maior sem a presença das relações de crédito que expomos anteriormente, com as

cadeias de débito e outros instrumentos que envolviam. Além disso, é importante salientar que a natureza das fontes sobre a qual se baseia esta argumentação (processos falimentares) inclui apenas as firmas que encerravam suas atividades com a decretação de suas falências ou estavam enfrentando um período de crise (no caso das concordatas) e não é difícil supor que, concomitantemente a este processo, inúmeras outras tenham sido fundadas.²⁵

O crédito comercial e a necessária presença do setor bancário

Retornemos agora à questão do envolvimento bancário no financiamento do setor comercial. Todo este circuito de crédito exposto anteriormente era tangenciado pelo sistema bancário recém-instalado na cidade. Em 1891, como já nos referimos, o banco de Crédito Real recebeu autorização para realizar operações comerciais e, a partir de então, passou a ser o grande fornecedor de liquidez para a economia urbana de Juiz de Fora. E são principalmente as operações de desconto de letras e as contas correntes que nos interessam de imediato. Ao que tudo indica, estas foram as operações mais utilizadas pelos comerciantes da cidade para adquirir liquidez. As “contas correntes” nada mais eram do que uma conta que o comerciante possuía com o banco, que lhe permitia sacar um valor além do que havia sido depositado. Já o “desconto de letras”, constituía-se como o mecanismo pela qual o crédito concedido a curto ou a médio prazo convertia-se em dinheiro à vista. Os comerciantes e industriais vendiam a crédito e, como garantia do negócio, recebiam uma letra de câmbio, a ser trocada por dinheiro na data determinada. Como muitas vezes o proprietário possuidor da letra necessitava do dinheiro à vista para saldar seus débitos ou mesmo para realizar investimentos, o banco a trocava por dinheiro mediante uma comissão. Dessa forma, o sistema bancário da cidade passou a funcionar como um motor de crédito da economia local, fornecendo liquidez não apenas através dos tradicionais empréstimos de longo prazo, mas também concedendo facilidades e condições a curto prazo para que o sistema como um todo se expandisse. Aqui vale ressaltar que o sistema bancário que se estabeleceu na cidade não era representado apenas pelo Banco de crédito real de Minas Gerais. Poderíamos citar ainda, entre bancos e agências, em 1926, as seguintes instituições: London and Brazilian Bank, Casa bancária Dias

²⁵ Não tivemos acesso à documentação que revela as empresas fundadas no período 1889-1930. Esta documentação fazia parte dos arquivos da Associação comercial da cidade e encontram-se ainda desorganizados no Arquivo Público Mineiro (APM).

Cardoso, Banco Pelotense, Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais e o Banco do Brasil.

A operação de desconto de letras é reconhecida pela historiografia e até mesmo um brazilianista que avaliou a questão da escassez de liquidez no final do século XIX afirmou que:

*Vários expedientes foram usados para combater crises periódicas do dinheiro à vista. Uma delas foi o uso de "letras", algumas vezes com fundos de um depósito em espécie.(...)*²⁶

Talvez uma outra citação, retirada de um trabalho recente que se ocupou em analisar as relações de financiamento da economia da Zona da Mata, seja mais ilustrativa daquilo que estamos querendo demonstrar aqui:

*(...) tendo no desconto de títulos de curto prazo uma de suas funções mais importantes, além daquelas envolvidas com a renovação de papéis e empréstimos de longo prazo, sua presença {do Banco de crédito Real} constitui um importante mecanismo de captação de poupanças locais e sua aplicação naqueles setores que mais demandavam recursos de curto e longo prazo. Num período em que as unidades industriais e comerciais tinham no capital de giro sua maior parcela de débito e que a reinversão de lucros era a tônica do crescimento das firmas, o desconto de notas se tornou um componente estratégico para o próprio crescimento industrial, entre outros, dotando a economia de um importante mecanismo de financiamento do próprio crescimento econômico.*²⁷

A operação de “desconto de letras” é bastante recorrente na documentação e geralmente aparece nos processos de falência na sessão “dívida passiva” com o nome “letras a pagar”. E, dentre os diversos credores das letras, é freqüente a presença dos bancos. É importante salientar que nem todos os credores relacionados às “letras a pagar” eram representados pelos bancos. Também constava na lista firmas comerciais e industriais que preferiam não descontar a letra no banco e a retinham em seu poder até a data do vencimento.

As relações de crédito entre o sistema bancário local e a estrutura comercial da cidade podem ainda ser percebidas através dos protestos de crédito, também encontrados nos processos de falência, podendo ser entendidos como mais um elemento a caracterizar a escassez de liquidez da economia. Estes protestos eram os instrumentos pelas quais os bancos requeriam o pagamento das letras descontadas e que não haviam sido pagas no vencimento.

O caso mais evidente que encontramos deste tipo de protesto foi o do comerciante Manoel Gonçalves da Silva²⁸, atacadista de utensílios em ferro, arreios, carroças e ferraduras situado no centro da cidade. Parece tratar-se de uma firma de médio porte, haja vista que seu

²⁶ READINGS. Op. cit. p. 140-141

²⁷ PIRES. **Café, Finanças e Bancos: Uma Análise do Sistema Financeiro da zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930.** op. cit. p. 214

²⁸ Falência 1922. Casa comercial de Manoel Gonçalves da Silva

ativo ultrapassava os 213 contos. O total das dívidas passivas superava os 330 contos, dos quais 171 eram oriundos de fornecimento e 159 provenientes de débitos com bancos. Ao requerer a quitação de uma letra descontada pelo comerciante, em 1922, a direção do Banco de Crédito Real afirmava que:

(...) continua em nosso poder, estando devidamente protestada, a letra de câmbio de 11:200\$000, do aceite do Sr. Manoel Gonçalves da Silva e Cia. E de seu saque e endosso, vencida em 21 de fevereiro deste ano.

*Não convém ao banco ter em carteira títulos vencidos, pelo que vimos pedir-lhes mais urgentes providências para resgate da referida letra, pagamento de despesas e juros de mora.*²⁹

Podemos ainda aquilatar a importância que os empréstimos de curto prazo tiveram na economia de Juiz de Fora analisando um trabalho bastante recente acerca da desenvoltura do Banco de Crédito Real no contexto da crise do Encilhamento. Segundo Croce:

*(...) Estendendo suas operações além do setor agrário, proporcionando uma linha de crédito ao comércio, à indústria e a particulares através de empréstimos a curto prazo, como desconto de letras, conta corrente e outros, os números impressionam. De setembro de 1889 a junho de 1897, os empréstimos dessa modalidade oscilaram de 646 a 10.000 contos de réis, com média anual aproximada de 3.500 contos de réis.*³⁰

A operação de desconto de letras de câmbio parece ter se constituído como uma das principais operações do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Podemos verificar a sua evolução comparando-a com a progressão das operações de depósitos e de hipotecas.

Tabela 02
Evolução dos Depósitos, Letras Descontadas e Hipotecas
Banco de Crédito Real
1891-1925

ANO	DEPÓSITOS	LETRAS DESCONTADAS	HIPOTECAS
1891	34:900\$	14:662\$	1.216:933\$
1899	2.740:794\$	1.390:900\$	2.002:426\$
1905	11.436:716\$	1.208:497\$	2.009:047\$
1915	15.024:570\$	19.645:385\$	3.673:938\$
1920	20.972:108\$	15.833:142\$	3.182:986\$
1925	67.194:875\$	40.173:556\$	3.426:994\$

Fonte: Relatórios do Banco de Crédito Real – diversos anos. Apud. PIRES. Op. cit. p. 216

Não é de se espantar que o valor dos depósitos supere o valor das letras descontadas. Na realidade, os dados da tabela 02 vêm confirmar a capacidade do banco de captar e

²⁹ Falência 1922. p. 153

³⁰ CROCE. M. A. **O Encilhamento e a economia de Juiz de fora: o balanço de uma conjuntura. 1888-1898.** Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. p. 243

redistribuir os recursos, em forma de empréstimos ou de desconto de letras de câmbio. É nítido o crescimento no volume de operação de desconto de letras. Se, por um lado, todo o crescimento demonstrado na tabela 02 revela a grave crise de dinheiro à vista que assolava a economia, por outro demonstra que o sistema bancário da cidade foi capaz de atender a demanda desta mesma economia, inclusive nos momentos em que aquela crise se agudizava, como se pode perceber em 1925, ano em que se concentram inúmeras falências em virtude do “choque monetário implementado pelo governo federal. Neste ano, o valor das letras descontadas atinge os 40 mil contos, ultrapassando em muito os 15 contos descontados cinco anos antes, em 1920.

Se, mesmo com toda esta oferta de liquidez em períodos em que a economia mais necessitava, ainda ocorria o fenômeno das “falências em cascata”, pode-se imaginar de que forma a estrutura comercial com que estamos lidando reagiria a estes momentos de recessão sem a presença do instrumento de crédito que estamos enfatizando aqui, cujo principal fornecedor foi o Banco de Crédito Real de Minas Gerais. O sistema bancário local, pelo mero desempenho de suas funções de captação e distribuição de recursos mostrou-se de fundamental importância para a expansão das atividades comerciais em Juiz de Fora, já que antecipava às casas comerciais os recursos que só seriam obtidos em um momento posterior, garantindo assim a liquidez necessária para a realização de investimentos, tanto no próprio setor comercial como também em atividades manufatureiras.

Considerações finais

Nosso objetivo ao longo deste trabalho foi demonstrar de que forma a estrutura comercial de Juiz de Fora lidou com o problema da escassez de moeda corrente, problema que desde meados do século XIX atingia toda a economia brasileira. Os circuitos de crédito que expomos anteriormente – tanto o comercial quanto o bancário – parece ter se constituído como um elemento essencial para manter a reprodução e mesmo a expansão das casas comerciais da cidade. Ao adiantar os recursos que só seriam recebidos em um momento posterior, os bancos forneciam a liquidez necessária para a reprodução daquela estrutura, haja vista que o capital de giro constituía a maior parcela de seus débitos.

Entretanto, estes adiantamentos podem ter servido ainda para a realização de investimentos, tanto na própria empresa, expandindo seus mercados ou aumentando suas instalações, ou mesmo no setor industrial. A acumulação de capitais oriundos das atividades comerciais, propiciada pelo intenso crescimento urbano de uma economia agro-exportadora em expansão, somada ainda a diversos fatores favoráveis, gerou empresas de grande porte que, para além das atribuições de distribuição de mercadorias, passaram a investir na produção direta das mesmas.

Ainda é necessário levantar mais alguns dados para comprovar esta afirmação, mas as fontes primárias que consultamos parecem indicar algo neste sentido. Além disso, algumas indicações oferecidas pela historiografia podem embasar esta hipótese. É o caso da firma comercial de Antônio Meurer, citado por Jacob Gorender em “A burguesia brasileira”. Nas palavras do próprio Gorender:

O imigrante Antônio Meurer, inicialmente estabelecido com uma loja de fazendas e artigos de armarinho, pôde notar a grande procura de meias estrangeiras. Resolvendo fabricar o produto no Brasil, comprou máquinas alemãs e, em sua própria residência, montou pequena oficina onde trabalhavam seus familiares, no final do século passado. Em 1914, era dono de uma fábrica com 300 operários.³¹

A produção direta dos produtos que comercializavam significava uma redução dos custos e conseqüente aumento nos níveis de lucratividade das unidades comerciais, haja vista que a produção direta tornava seus preços mais competitivos que outrora. Este parece ter sido o caso de grandes empresas da cidade, como por exemplo, a Cia. Dias Cardoso, A. Ferreira do Amaral, Cia. Renato Dias, Antônio Meurer, Cia. Moraes Sarmento, Pantaleone, Arcuri e Spinelli e outras (tabela 36).

Ainda que seja difícil estabelecer uma ligação direta entre a disponibilidade de crédito por parte dos bancos e a reinversão de recursos do setor comercial em direção ao industrial, podemos supor a importância do crédito comercial para o desenvolvimento industrial da cidade. Principalmente se tivermos em mente os diversos casos de pequenas oficinas que ampliaram seus negócios e tornaram-se pequenas ou médias fábricas. Sem sombra de dúvidas, numa economia como esta que estamos lidando, com baixíssimos níveis de monetização, seria praticamente inviável a expansão dos empreendimentos sem lançar mão do adiamento dos débitos, pelo menos, a curto prazo. De qualquer forma, o assunto ainda carece de mais pesquisa e a sua colocação nesta parte do trabalho foi muito mais uma tentativa de incitar trabalhos posteriores do que uma ambição de encerrar a discussão.

³¹ Furtado. Op. cit. p. 43

Bibliografia

CALÓGERAS, J.P. **A política monetária no Brasil**. São Paulo. Cia. Biblioteca Nacional. 1910.

CROCE, M. A. **O Encilhamento e a economia de Juiz de fora: o balanço de uma conjuntura. 1888-1898**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

FERREIRA, M. **A Crise dos Comissários de Café do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói. 1983

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Editora Nacional. São Paulo, 1976.

FRANCO, G.B.. **Reforma Monetária e Instabilidade durante a Transição Republicana**. BNDES, São Paulo. 1983.

FRANCO, M.S. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. 3 ed., Kairós, São Paulo, 1983.

FRANCO, G.B.. **Reforma Monetária e Instabilidade durante a Transição Republicana**. BNDES, São Paulo. 1983. p. 24

FRANCO, G. H. B. **A primeira década republicana**. In: ABREU, M. P. A ordem do progresso. **Cem anos de política econômica republicana. 1889-1989**. Rio de Janeiro. Elsevier. 1990.

PIRES, A. **Café, Finanças e Bancos: Uma Análise do Sistema Financeiro da zona da Mata de Minas Gerais: 1889-1930**. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rj, 2004.

SÁ, A.L. **Origens de um Banco Centenário**. Edição Comemorativa do Banco de Crédito Real. Juiz de Fora, 1992.

SINGER, P. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**. Cia. Editora Nacional, São Paulo. 1968

VALVERDE, O. **O Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais** In **Revista Brasileira de Geografia**. 20(1) 3-82, jan./mar., Rio de Janeiro, 1958.